

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUDMILA DA SILVA ALMEIDA

BRASIL E COREIA DO SUL: uma comparação das políticas econômicas e do crescimento
do produto interno bruto no período entre 1960 a 2022.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2023

LUDMILA DA SILVA ALMEIDA

BRASIL E COREIA DO SUL: uma comparação das políticas econômicas e do crescimento do produto interno bruto no período entre 1960 a 2022.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para conclusão de curso de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Santos Tostes

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A447b Almeida, Ludmila da Silva
BRASIL E COREIA DO SUL: UMA COMPARAÇÃO DAS POLÍTICAS
ECONOMICAS E DO CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO NO
PERÍODO ENTRE 1960 A 2022. / Ludmila da Silva Almeida. - 2023.
39 f.: il.

Orientador: Felipe Santos Tostes.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2023.

1. Políticas econômicas no Brasil e na Coreia do Sul. 2.
Crescimento Econômico. 3. Produção intelectual. I. Tostes,
Felipe Santos, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD - XXX

LUDMILA DA SILVA ALMEIDA

BRASIL E COREIA DO SUL: uma comparação das políticas econômicas e do crescimento do produto interno bruto no período entre 1960 a 2022.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para conclusão de curso de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 19 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Santos Tostes (Orientador) - UFF

Profa. Dra. Vanuza da Silva Pereira - UFF

Prof. Dr. Marcos Tostes Lamonica - UFF

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2023

AGRADECIMENTOS

Difícil acreditar que terminou, muitas vezes pensei que este momento não chegaria, mas consegui superar minhas limitações e finalmente o alcancei. Nessa jornada contei com inúmeras pessoas, que de alguma forma colaboraram para esse momento.

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças e sempre me acalmou em momentos de angústia durante o curso.

A minha mãe, que sempre acreditou em mim, mais do que eu mesma, e sempre me motivou e ajudou como pôde, com orações, com comidas fresquinhas, com palavras de ânimo.

A minha irmã Geovana, que mesmo sendo uma criança muito falante e ansiosa para me contar com detalhes seus agitados dias na escola, esperava meu tempo de estudo terminar.

A minha melhor amiga Carol, que me ouve, me entende e me diverte a mais de dez anos, mesmo a gente sendo tão diferente.

A Elô, amiga incrível, com palavras sábias e um abraço maravilhoso.

Ao Júnior, que apareceu na minha vida de repente e a mudou completamente, que me incentiva de tantas formas e que faz meus dias felizes.

Ao Carlos Vitor, a Duda, a Mariana e a Monique, amigos de curso que faziam as reuniões de estudo sempre mais leves e dinâmicas.

A Aline e ao Breno, colegas de curso que viraram amigos durante o estágio na Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

A equipe da Secretaria de Transparência e Controle, liderada pelo professor Rodrigo Resende, e em especial ao setor de Análise de Custos, que me recebeu como estagiária e ensinou lições valiosas para meu início de carreira.

Ao meu orientador, Dr. Felipe Tostes, sempre solícito e disponível para esclarecer todas minhas dúvidas, como também para indicar os melhores caminhos para este trabalho.

A Letícia, psicóloga da Universidade que está sempre em contato para ajudar nas questões psicológicas.

A todos os professores e demais funcionários da UFF, que estão sempre fazendo o melhor pela Universidade e transformando a vida de tantos estudantes.

Pássaros presos em gaiolas acham que voar é uma doença...

Alejandro Jodorowsky

RESUMO

Esta monografia explora as discrepâncias no desenvolvimento econômico do Brasil e da Coreia do Sul, de 1960 a 2022, com foco nas políticas econômicas, estratégias de industrialização e inovação tecnológica. A Coreia do Sul, adotando uma abordagem proativa, implementou planos quinquenais orientados para a industrialização avançada, exportações, inovação tecnológica e construção de uma infraestrutura robusta. Essa abordagem foi complementada por um investimento significativo em educação e um papel governamental ativo e estratégico. Em contraste, o Brasil concentrou-se na substituição de importações, buscando fortalecer o mercado interno, mas sem uma estratégia industrial coesa e consistente, tornando-se suscetível a choques econômicos e crises externas. A hipótese central desta monografia é que as diferenças nas políticas econômicas e estratégias de industrialização, especialmente a capacidade de inovação tecnológica, foram determinantes para as divergentes trajetórias econômicas observadas. Ao analisar esses países, a pesquisa busca compreender como as decisões estratégicas influenciaram diretamente o sucesso econômico da Coreia do Sul e as dificuldades enfrentadas pelo Brasil. A comparação entre estes dois países, com origens econômicas semelhantes, oferece insights valiosos sobre como a política econômica e a gestão governamental podem afetar o desenvolvimento a longo prazo de uma nação.

Palavras-chave: Crescimento Econômico; Planos Quinquenais; Dependência; Brasil; Coreia do Sul.

ABSTRACT

This thesis explores the discrepancies in the economic development of Brazil and South Korea, from 1960 to 2022, focusing on economic policies, industrialization strategies and technological innovation. South Korea, adopting a proactive approach, has implemented five-year plans aimed at advanced industrialization, exports, technological innovation and building a robust infrastructure. This approach was complemented by significant investment in education and an active and strategic government role. In contrast, Brazil focuses on import substitutions, seeking to strengthen the domestic market, but without a cohesive and consistent industrial strategy, making it susceptible to economic shocks and external crises. The central hypothesis of this monograph is that differences in economic policies and industrialization strategies, especially the capacity for technological innovation, were decisive for the divergent economic trajectories observed. By analyzing these countries, the research seeks to understand how strategic decisions directly influenced the economic success of South Korea and the difficulties faced by Brazil. Comparing these two countries, with similar economic origins, offers valuable insights into how economic policy and government management can affect a nation's long-term development.

Keywords: Economic growth; Five-Year Plans; Dependency; Brazil; South Korea.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO IMPLEMENTADAS NA COREIA DO SUL.....	9
2.1 HISTÓRIA DA COREIA DO SUL	9
2.2 POLÍTICAS E PLANOS ECONÔMICOS IMPLEMENTADOS.....	10
3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTADAS NO BRASIL	15
3.1. HISTÓRIA DO BRASIL.....	15
3.2. PLANOS ECONÔMICOS.....	16
4. SUCESSO DA POLÍTICA SUL COREANA E FRACASSO BRASILEIRO.....	22
4.1 SUCESSO SUL COREANO.....	22
4.2 FRACASSO DO BRASIL.....	25
5. INDICADORES ECONÔMICOS AO LONGO DO PERÍODO.....	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

A Coreia do Sul é um dos países mais desenvolvidos e avançados tecnologicamente do mundo, sua economia é baseada principalmente na indústria de eletrônicos, automóveis e produtos químicos, além do comércio internacional com a exportação desses manufaturados. O desenvolvimento econômico do país iniciou-se na década de 1960, caracterizado por um crescimento acelerado, expansão industrial e tecnológica e inserção no comércio internacional, e seguiu praticamente de forma ininterrupta até os dias atuais.

A análise da economia sul-coreana revela uma profunda interconexão entre a produção interna, a política comercial, a inovação tecnológica e a estratégia global (Dayton, 2020). Este quadro complexo é sustentado por uma combinação de investimento em pesquisa e desenvolvimento, políticas governamentais favoráveis e uma estratégia comercial proativa. Esses elementos criam um ambiente propício para o crescimento sustentado e a competitividade no cenário internacional. Segundo Dayton (2020), a experiência sul-coreana demonstra a importância da coordenação entre políticas públicas, investimentos em ciência e tecnologia e a integração na cadeia global de valor para alcançar um desenvolvimento econômico bem-sucedido.

O Brasil, desde a década de 1960, adotou uma trajetória de desenvolvimento semelhante à da Coreia do Sul. Entretanto, seu modelo de crescimento econômico se baseou predominantemente na produção de bens primários, o que o tornou suscetível a choques externos, incluindo fatores climáticos ou de especulação financeira. A partir do final da década de 1960, o país se destacou como grande produtor e exportador de commodities agrícolas, notadamente café e açúcar¹. Já nos anos 2000, o Brasil se beneficiou da crescente demanda global por matérias-primas, em especial minério de ferro e soja, o que impulsionou seu desempenho econômico.

Segundo IPEA, a Coreia do Sul e o Brasil experimentaram um rápido crescimento econômico nas décadas de 1960 e 1970, impulsionados por políticas de industrialização e uma forte intervenção do Estado na economia (Sicsu e Castelar, 2009).

¹ Segundo dados do IPEA, a partir de 1968 as exportações de açúcar passaram a ser superiores a US\$ 100 milhões, alcançando US\$ 1,3 bilhões em 1974, e as de café chegaram a US\$ 1,2 bilhões em 1973.

No entanto, enquanto a Coreia do Sul manteve esse crescimento, transformando sua matriz econômica ligando-a a bens manufaturados de alta tecnologia, o Brasil, por outro lado, enfrentou desafios significativos nas décadas seguintes. Como por exemplo a década de 1980, que na literatura especializada ficou conhecida como “a década perdida”, principalmente pelos choques externos e a hiperinflação. Uma série de fatores podem ser apontados para sintetizar essa dicotomia entre os dois países: a) diferenças nas políticas econômicas adotadas; b) o tamanho da população, c) a estabilidade política entre outras variáveis relevantes.

A justificativa do presente trabalho é de que o crescimento econômico da Coreia do Sul tornou-se uma referência para países que almejam alcançar o mesmo sucesso. Além disso, Brasil e Coreia do Sul apresentavam várias características semelhantes nas décadas de 1960 e 1970, como serem economias periféricas e com industrialização tardia, além de terem sido liderados por militares em determinado momento da história. Isso torna o exemplo da Coreia do Sul ainda mais relevante para o Brasil.

A hipótese desta pesquisa é que as diferenças nas políticas econômicas, estratégias de industrialização, e a capacidade de inovação e adaptação tecnológica são fatores críticos que explicam as divergentes trajetórias de crescimento econômico do Brasil e da Coreia do Sul no período de 1960 a 2022. Evidentemente, existem muitas variáveis econômicas, sociais e culturais - como o nível de produção industrial e o conjunto de valores, normas e comportamentos de uma sociedade - envolvidas no desenvolvimento socioeconômico dos países, e entender o processo de desenvolvimento econômico sul coreano e o seu impacto em indicadores econômicos é importante e pode ser utilizado para auxiliar a criação de políticas de crescimento e desenvolvimento por parte de países como o Brasil.

A análise se concentrará em como esses fatores influenciaram o desenvolvimento econômico de cada país, considerando aspectos como políticas governamentais, investimento em pesquisa e desenvolvimento, e a integração na cadeia global de valor.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os índices de crescimento econômico no Brasil e na Coreia do Sul utilizando dados estatísticos e análise histórica durante o período de 1960 a 2022.

Em relação aos objetivos específicos, o primeiro é explorar políticas de Desenvolvimento Econômico implementadas na Coreia do Sul e no Brasil no período estudado. O segundo é verificar em que momento os dois países seguiram caminhos diferentes. E por último, o terceiro objetivo é avaliar como as políticas econômicas influenciaram os padrões de crescimento econômico no Brasil e na Coreia do Sul.

2. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO IMPLEMENTADAS NA COREIA DO SUL

2.1. História da Coreia do Sul

Até 1960 a Coreia do Sul viveu uma história bastante conturbada, de 39 A.C à 668 D.C seu território, junto ao que hoje é a Coreia do Norte, era ocupado por três reinos e a unificação ocorreu na dinastia *Silla* após diversos conflitos, porém em 935 a dinastia *Koryo* ascende ao poder e permanece até 1392 quando a dinastia *Joseon* passa a reinar. No entanto, a colonização japonesa, que durou de 1910 a 1945, interrompeu o desenvolvimento do país, restringindo a capacidade dos cidadãos coreanos de exercerem cargos elevados na administração pública e desenvolverem habilidades técnicas e gerenciais (Jung, 2016).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o território coreano foi dividido entre norte e sul, a parte norte ficou sob controle da União Soviética e a parte sul pelas forças armadas dos Estados Unidos, até 1948 quando elegeu seu primeiro presidente. Em 1950 a parte norte invadiu a parte sul e teve início a Guerra da Coreia, que resultou na completa devastação do país e exigiu um esforço significativo para se reconstruir. A assistência econômica da Organização das Nações Unidas e dos Estados Unidos foi essencial para que a Coreia do Sul iniciasse seu processo de desenvolvimento (Kim, 2018).

A partir dos anos de 1960, a Coreia do Sul começou a implementar políticas econômicas que favoreciam a industrialização e a exportação de produtos manufaturados. Essas políticas, conhecidas como o "milagre econômico coreano", foram responsáveis pelo rápido crescimento econômico e pela transformação do país em uma das economias mais avançadas do mundo. Alguns fatores que contribuíram para esse sucesso incluem a mão de obra qualificada e barata, a infraestrutura moderna, a tecnologia avançada e a política de livre comércio (Kang, 2020).

Segundo Barbosa (2004), o PIB per capita da Coreia do Sul saltou de US\$ 60 anuais na década de cinquenta para US\$ 8.000 na década de 1980 e chegou em 2006 acima de US\$ 20.000. Em 1950 o PIB per capita sul-coreano era semelhante ao dos países pobres da África e da Ásia, atualmente é quinze vezes maior que o da Índia e quase cinco vezes maior que o do Brasil.

Atualmente, a Coreia do Sul é uma potência econômica e cultural, com empresas de destaque em setores como tecnologia, automóveis e entretenimento. O país também é

reconhecido por sua educação de alta qualidade e por suas inovações em áreas como inteligência artificial e robótica (OCDE, 2023).

2.2. Políticas e Planos econômicos implementados

Em relação a Coreia do Sul, Masiero (2014) destaca que o crescimento econômico sul-coreano pode ser dividido em três fases principais. A primeira fase, de 1953 a 1960, teve como estratégia principal a implantação do modelo de substituição de importações. Na segunda fase, nas décadas de 1960 e 1970, a estratégia se baseou nas exportações, inicialmente de têxteis e calçados e posteriormente de indústrias pesadas e setor químico. Já nas décadas de 1980 e 1990, como a estrutura industrial estava estável, a atenção se voltou a conceder assistência a pequenas e médias empresas, e o desenvolvimento de indústrias de alto valor agregado, como o setor de telecomunicações e o de tecnologia da informação, foram estimulados, assim como a globalização.

Duas políticas iniciadas antes de 1950 foram de grande importância para o desenvolvimento da Coreia do Sul. A primeira política foi a reforma agrária, iniciada ainda no governo militar norte-americano e formalizada em 1949 pelo primeiro presidente. A segunda foi um conjunto de medidas em relacionadas a educação, que incluía a obrigatoriedade da educação básica, que visava capacitar a população para trabalhar nas indústrias que seriam criadas (Masiero, 2014), o governo sul-coreano também passou a incentivar fortemente os investidores a estabelecer programas e iniciativas que promovessem a interação e o intercâmbio acadêmico em escala global (Reuters, 2022), estabeleceu padrões internacionais rigorosos que os investidores estrangeiros deveriam atender, promoveu parcerias com universidades estrangeiras, e, além disso, a infraestrutura física e a contratação de professores altamente capacitados também passou a ser tratada como prioridade.

Assim, o investimento da Coreia do Sul em educação foi um pilar fundamental para o seu sucesso econômico. O país transformou seu sistema educacional em uma máquina bem oleada que produz capital humano de alta qualidade, alimentando assim sua economia do conhecimento e mantendo sua competitividade global.

Conforme abordado pela OCDE (2023), a estratégia de substituição de importações utilizada pela Coreia do Sul na primeira fase de seu crescimento econômico foi comum entre os países em desenvolvimento na época. Em seguida a Coreia do Sul alterou seu modelo de desenvolvimento e adotou estratégias do Sistema Nacional de Inovação (SNI), uma construção teórica fundamental que tem se destacado nas discussões sobre desenvolvimento

econômico e social nas últimas décadas. Lundvall (1992) argumenta que os sistemas nacionais de inovação estão em constante evolução e dependem de interações dinâmicas entre empresas, universidades, governo e outras instituições, reforçando a ideia de que o SNI é um sistema adaptativo, moldado pelas condições em constante mutação da economia global. O precursor dessa abordagem foi o economista inglês Christopher Freeman, o autor propôs uma abordagem sistêmica para o estudo da inovação, considerando que esta não é um processo isolado, mas sim o resultado da interação de diversos atores e instituições, tanto do setor público quanto do privado. Na obra de Freeman (1995) ele define que o SNI é como "um conjunto de instituições, que interagem entre si, para gerar, difundir e aplicar conhecimento e tecnologia".

A partir de 1962, a Coreia do Sul iniciou a implementação de planos de desenvolvimento quinquenais, que foram elaborados com o objetivo de avaliar o desenvolvimento do plano anterior e levar em conta possíveis mudanças nas condições econômicas, sociais e ambientais do período. Esses planos buscavam inicialmente a estabilidade da economia, solucionando vícios econômicos e sociais e estimulando o desenvolvimento de setores importantes, bem como o aumento das exportações. Ao longo dos anos, ocorreu um aumento do foco no campo social, com metas que buscavam aumentar a igualdade através do desenvolvimento social e melhorar o bem-estar através do desenvolvimento equilibrado entre diferentes faixas de renda e regiões. Além disso, os planos passaram a apresentar propostas governamentais mais longas, com médio e longo prazos (World Bank, 1993).

No primeiro plano quinquenal (1962-1967) as principais metas eram diminuir ciclos viciosos nos campos econômico e social, aumentar o investimento na indústria manufatureira leve e iniciar a substituição de importações para diminuir a dependência externa e construir as bases para a economia sul coreana se tornar autossuficiente. Para alcançar essas metas algumas medidas foram: estatizar bancos, para que estes oferecessem crédito as indústrias, utilizar incentivos fiscais para estimular os investimentos e desvalorizar o câmbio para impulsionar as exportações.

No segundo plano quinquenal (1967-1971) foram feitos investimentos para modernizar a estrutura industrial do país e manter os estímulos de crescimento para dar continuidade ao objetivo de tornar a economia autossuficiente. O crescimento da economia gerou aumento do mercado interno e conseqüentemente das importações, necessárias para ampliação das indústrias de manufatura leve.

Já no terceiro plano quinquenal (1972-1976) o principal objetivo era implantar indústrias pesadas e do setor químico e elevar o nível de industrialização do país, aumentando ainda mais a demanda por capital. Para solucionar esse problema o governo cria o Fundo Nacional de Investimento, que captava recursos dos bancos e oferecia as empresas a juros baixos.

O quarto plano quinquenal (1977-1981) deu prosseguimento aos objetivos do plano anterior e adicionou também como meta aumentar a igualdade através do desenvolvimento social, inovar em tecnologia e melhorar a eficiência da indústria.

O quinto plano quinquenal (1982-1986) visava transformações além da economia, os principais objetivos sociais foram aumentar as oportunidades de emprego e renda, melhorar o bem-estar através de desenvolvimento equilibrado entre diferentes faixas de renda e regiões. Já as metas econômicas eram consolidar o crescimento sustentado, reduzir a dependência externa e aumentar a eficiência econômica.

No sexto plano (1987-1991) as metas do plano anterior foram mantidas com algumas mudanças, o novo foco do governo passou a ser as indústrias de alta tecnologia, ocorreu também diminuição dos incentivos fiscais, redução dos empréstimos estrangeiros e aumento de um controle monetário indireto.

O sétimo Plano Quinquenal (1992-1993) tinha como objetivo aumentar a competitividade global da Coreia do Sul através da inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D). Para atingir esse objetivo, o governo coreano investiu fortemente em setores de alta tecnologia, como microeletrônica, novos materiais, produtos químicos finos, bioengenharia, óptica e aeroespacial. (Amsden, 1992; Kim, 1997) Esses investimentos foram direcionados para o desenvolvimento de novas tecnologias, a formação de capital humano qualificado e a promoção da cooperação entre empresas e universidades. Entretanto o plano foi interrompido em 1993 devido a eleição de um novo presidente que lançou o Novo Plano.

Consistiam como principais metas do novo plano (1993-1997) a ascensão da Coreia do Sul a classificação de economia desenvolvida e o fortalecimento da base econômica para uma eventual reunificação.

Os principais resultados do Novo Plano foram: o Crescimento econômico forte e sustentado, o PIB da Coreia do Sul cresceu a uma média de 7,5% ao ano durante o período do plano; a consolidação da posição como líder mundial em inovação, a Coreia do Sul passou a ocupar o 5º lugar no Índice Global de Inovação (IGI) em 1996 e o fortalecimento do setor de TI: as exportações de produtos de TI da Coreia do Sul cresceram a uma média de 20% ao ano durante o período do plano.

Em 1997, a Coreia do Sul enfrentou uma crise da moeda, que resultou na necessidade de buscar um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) para pagar suas dívidas. Para obter o empréstimo, foi necessário criar um programa econômico que se estendeu até meados de 2000, que consistiu em uma reestruturação do setor financeiro e do setor corporativo. Além disso, o governo também fomentou pequenas e médias empresas e a modernização das estruturas industriais, estimulando as tecnologias intensivas em conhecimento (Kihwan, 1999; Corning, 2013).

Essas medidas adotadas pelo governo sul-coreano permitiram a recuperação da economia do país, que cresceu a uma taxa média anual de 7,3% entre 1980 e 1995 e atingiu o status de economia desenvolvida no início do século XXI (World Bank, 2023a e 2023b).

No ano de 2003, a economia do país havia se recuperado quase completamente, entretanto, ainda persistiam desafios como o baixo investimento corporativo e o alto índice de desemprego, principalmente entre os jovens. Com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico, a política econômica adotada foi a de estimular o investimento das empresas, facilitar as operações de pequenas e médias empresas e enfatizar a inovação como o pilar fundamental para o crescimento econômico a longo prazo (OCDE, 2023).

Em 2008, um novo presidente assumiu o cargo e deu início a uma política de crescimento verde, por meio do investimento no desenvolvimento da indústria de energia renovável, com foco especial em fontes de energia solar, eólica e maremotriz. Entretanto, a eclosão da crise do “*subprime*”² em 2007 nos Estados Unidos exigiu que o novo governo se concentrasse em reduzir os impactos da crise na economia. Em outubro de 2008, foi anunciado um pacote de ajuda de US \$130 bilhões aos bancos domésticos, uma parte como garantia aos empréstimos externos por três anos e a outra parte foi destinada aos bancos mais afetados pela contração do crédito. Além disso, o Banco Central reduziu a taxa de juros do país (ALP, Elekdag e Lall, 2011).

Essas medidas tomadas pelo governo contribuíram para que a Coreia do Sul enfrentasse a crise global de forma relativamente bem-sucedida, com uma recuperação econômica mais rápida em comparação a outros países afetados pela crise (Guimarães, 2010).

² A crise do subprime foi uma crise financeira que eclodiu em 2007 nos Estados Unidos e que se espalhou pelo mundo todo, afetando a economia global. A crise teve origem na concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, conhecidos como subprime, a pessoas com histórico de crédito ruim ou que não tinham condições financeiras de arcar com as prestações desses empréstimos. Esses empréstimos foram agrupados e vendidos como títulos no mercado financeiro, mas a inadimplência desses empréstimos aumentou drasticamente, levando à quebra de grandes instituições financeiras e provocando uma crise sistêmica que afetou diversos setores da economia (Shiller, 2008).

3. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTADAS NO BRASIL

3.1 História do país

A história do Brasil pode ser dividida em distintos períodos que caracterizam sua trajetória. Antes mesmo da chegada dos europeus, principalmente os portugueses, a nação vivenciou um período pré-colonial, marcado pelo embate entre os povos originários e os exploradores. A chegada das missões portuguesas em 1500 (considerando esta data emblemática como ponto de partida) marcou o início do longo período colonial, que se estendeu até 1822. Durante essa fase, o Brasil esteve sob domínio português e foi explorado por suas riquezas naturais. A independência da então colônia foi proclamada em 1822, resultando em uma monarquia governada por D. Pedro I, seguida por um período imperial até 1889, quando a República foi instaurada.

O início do período republicano foi marcado por conflitos motivados por vários fatores como a desigualdade social e a pobreza, aumento nos impostos e a insatisfação política. A partir de 1930 o país inicia seu processo de industrialização de forma mais intensa devido às limitações geradas pelo cenário econômico externo com a crise de 1929. Entre 1937 e 1945 o Brasil viveu seu primeiro regime autoritário, conhecido como Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas. Em 1964 tem início o segundo regime autoritário no país que se estende até 1985 e ao final desse período o país enfrentava desafios econômicos severos, incluindo hiperinflação e uma volumosa dívida externa.

Segundo Pinho (2013), a década de 1990 marcou uma série de eventos históricos no Brasil. O Plano Real, concebido durante o governo de Itamar Franco em 1994, desempenhou um papel crucial na estabilização da economia e no controle da hiperinflação inercial. O lançamento da moeda nacional, o Real, nesse mesmo ano, efetivamente reduziu a inflação a níveis aceitáveis.

Desde o início dos anos 2000, o Brasil vivenciou uma fase de elevado crescimento econômico, impulsionado pela demanda global de commodities e políticas internas de expansão de crédito. No entanto, a partir de 2014, o país enfrentou uma recessão aguda, acompanhada por instabilidades políticas. Recentemente, iniciativas de reformas econômicas e fiscais vêm sendo implementadas.

3.2 Planos Econômicos

De acordo com Furtado (2006) a economia brasileira foi baseada na produção e exportação de café até a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial, que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, com o início do confronto a demanda e o preço da *commodity* diminuiu significativamente, o que, por sua vez, estimulou a expansão da indústria inicialmente para o setor têxtil.

Posteriormente, com a diminuição da capacidade de importação devido à crise de 1929, o país adotou uma política de substituição de importações como medida para diminuir a dependência externa e desenvolver os setores de bens de consumo duráveis e de indústria pesada (Tavares, 1998).

Em 1949 foi implementado o Plano Salte, cujo a finalidade era estimular o desenvolvimento de setores como saúde, transporte e energia e assim melhorar as condições de vida da população. O plano não tinha formas de financiamento definidas e não obteve grandes resultados, sendo finalizado em 1954 (Vianna e Villela, 2011).

Em 1956 foi lançado o Plano de Metas, que tinha como objetivo transformar estruturalmente o país através da aceleração do desenvolvimento econômico, focando em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação em apenas cinco anos. O plano conseguiu aumentar a taxa de crescimento econômico e também melhorar indicadores sociais, contudo, tal crescimento veio acompanhado de problemas como inflação e déficit público. Em 1961 foi lançado um conjunto de medidas para estabilizar a situação econômica, entretanto, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, essas medidas foram substituídas e em 1962 foi implementado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social com o objetivo de conciliar crescimento econômico com reformas sociais e combate à inflação, já em 1963 iniciou-se uma forte desaceleração da atividade econômica como consequência tanto do Plano Trienal como de fatores estruturais (Villela, 2011).

Até 1967 a política econômica seguiu uma orientação restritiva visando a estabilização da economia principalmente em relação à alta inflação e ao desequilíbrio externo. Foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), um plano de estabilização de preços, e as reformas tributária e financeira entre os anos de 1964 e 1967, tais políticas não tiveram o êxito esperado, mas a situação da economia brasileira melhorou de forma considerável (Hermann, 2011).

A partir de 1968 o país volta a crescer de forma expressiva e tem início o período conhecido como “milagre”, que se estende até 1973, e cujas taxas de crescimento anual

chegaram a 11% acompanhadas de queda na inflação e melhora no balanço de pagamentos. O plano econômico vigente no período foi o Plano Estratégico de Desenvolvimento que tinha como objetivos a estabilização dos preços e o aumento da atividade econômica (Hermann, 2011).

No final de 1971 foi criado o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Implementado durante o regime militar, esse plano representou uma tentativa significativa de direcionar o desenvolvimento do país em um contexto de crescimento econômico acelerado e transformações sociais profundas (Bielschowsky, 2010).

Uma das características distintivas do I PND foi sua ênfase na industrialização como motor do desenvolvimento. O plano visava promover a substituição de importações, estimulando a produção interna de bens de consumo duráveis e intermediários. Para alcançar esse objetivo, foram realizados investimentos maciços em setores como siderurgia, petroquímica, energia e infraestrutura (Sola, 1993).

Além disso, o I PND também tinha como meta promover a integração regional e reduzir as desigualdades regionais. Para isso, foram implementados projetos de desenvolvimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, buscando criar oportunidades econômicas fora do eixo tradicional do Sudeste (Suzigan, 2009).

No entanto, o plano enfrentou desafios significativos, como a crise do petróleo de 1973, que impactou os preços das importações e afetou a balança comercial brasileira. Além disso, a expansão da dívida externa foi uma consequência preocupante desse período (Suzigan, 1988).

Sendo assim, o I PND deixou um legado ambíguo. Por um lado, contribuiu para o crescimento econômico do país e a consolidação de certas indústrias. Por outro lado, os problemas estruturais e a dívida externa crescente acabaram por gerar desafios econômicos significativos no futuro (Furtado, 2006).

Desta forma, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento foi uma iniciativa importante que moldou o curso da economia brasileira nas décadas seguintes. Suas lições e impactos ainda são objeto de análise e debate, fornecendo insights valiosos para a formulação de políticas econômicas contemporâneas.

Segundo Barbosa (2004), no final de 1973 o país entra novamente em um período de crise, o “milagre econômico” chega ao fim devido ao primeiro choque nos preços do petróleo e a alta dependência externa, que reduziu a capacidade de importação da commodity e de bens de capital, e restringiu assim a capacidade de produção da indústria, apesar disso as condições de crédito externo logo se tornaram favoráveis e em 1974 é implementado o II PND um plano

de ajuste estrutural que visava investimentos públicos e privados em setores identificados como grandes “pontos de estrangulamento” que acabavam restringindo o crescimento da economia brasileira, como infraestrutura, bens de produção, energia e exportação.

Além disso, o plano pretendia manter uma taxa de crescimento próxima aos 10%, reduzir a dependência externa através de uma mudança estrutural e obter maior autonomia para a economia brasileira. O plano vigora até 1979 e alcança seus objetivos de mudança estrutural, as exportações crescem continuamente a partir de 1978, e ocorre também uma mudança na composição das exportações, os bens básicos caem pela metade, enquanto os bens manufaturados dobram sua participação nas exportações. O PIB apesar de crescer abaixo da meta do plano, apresentou crescimento elevado, em torno de 6,7% ao ano. Contudo, apesar do sucesso o plano também teve consequências negativas como o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira e da dependência financeira externa. (Hermann, 2011)

Em 1979 ocorreu o segundo choque do petróleo e desta vez o cenário externo não foi favorável e a economia brasileira mergulhou em uma crise profunda que se estendeu até meados de 1990, em que o maior problema foi a hiperinflação, que em 1986 chegou a 450%. Nesse período foram implementados uma série de planos de estabilização na tentativa de controlar a inflação, contudo, eles eram efetivos por pouco tempo, e logo a inflação retornava.

O livre mercado, ou dito de outra forma, o liberalismo econômico tem apoio em diversos estudiosos na área econômica, entre eles, Hayek (1931) é um dos teóricos com mais reverberação, ou autor sugere que a ordem espontânea gerada pelo livre mercado é mais eficiente e justa que qualquer tentativa de planejamento centralizado, ou seja, que necessite da intervenção estatal por exemplo. Para o autor a competição inerente ao livre mercado é o catalisador para inovação e eficiência, conduzindo, assim, ao progresso econômico e social.

A partir da década de 1980, o Neoliberalismo ganhou força no Brasil, essa corrente ideológica deriva diretamente dos preceitos do liberalismo clássico, que em sua essência, é uma filosofia política e econômica que prioriza a liberdade individual como seu valor central. Essa doutrina tem raízes profundas no Iluminismo³, um período histórico que enfatizava o racionalismo, o ceticismo em relação à autoridade tradicional e a importância da liberdade individual. Embora o liberalismo tenha várias vertentes — incluindo o liberalismo clássico, o liberalismo social e o neoliberalismo — todas compartilham o objetivo comum de maximizar

³ O Iluminismo foi um movimento intelectual predominante nos séculos XVII e XVIII na Europa, que enfatizou a razão, a ciência e a liberdade como valores centrais. Defensores iluministas, como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, promoveram a ideia de que o conhecimento e a razão podiam ser usados para questionar tradições e instituições autoritárias, incluindo a monarquia absolutista e a igreja.

a liberdade individual e minimizar a interferência do Estado na sociedade, Bielschowsky (2010).

Dado a instabilidade política e econômica no Brasil na década de 1980 e até o início da década 1990, além de, diversas crises menos graves a partir de 1995; o neoliberalismo, que surgiu como uma versão moderna do liberalismo clássico, encontrou terreno fértil no Brasil desse período. Sob os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, esse ideário orientou e culminou numa série de reformas estruturais, como a privatização de empresas estatais, abertura econômica e a liberalização do comércio (Haslam e Heidrich, 2016).

Em anos posteriores, o Brasil vivenciou uma transição para o nacionalismo de recursos, especialmente nos setores de mineração e petróleo; assim o neoliberalismo brasileiro não se sustentou de maneira inalterada. Essa metamorfose entre nacionalismo e neoliberalismo não foi uma exclusividade brasileira, mas uma tendência observada em outras nações da América Latina. As questões sobre a eficácia do neoliberalismo ganharam destaque, instigando uma reavaliação de suas práticas e induzindo a uma mudança de direção rumo ao nacionalismo econômico (Haslam e Heidrich, 2016).

A redemocratização do Brasil no final dos anos 1980 abriu espaço para reformas econômicas alinhadas ao neoliberalismo. A transição democrática também trouxe consigo desafios institucionais e políticos, como a necessidade de estabilizar uma economia em crise e modernizar as estruturas estatais (Campos e Pinheiro, 1980). O Brasil, inserido em um contexto de transformações econômicas globais, foi fortemente influenciado pelo Consenso de Washington⁴. Este conjunto de diretrizes econômicas, promovido por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, pressionava países em desenvolvimento a adotar políticas de austeridade e liberalização comercial. Em resposta a essa pressão internacional, o Brasil iniciou um processo de abertura comercial, desregulamentação e privatização que reconfigurou a economia nas décadas seguintes (Medeiros e Trebat, 2021).

Durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), o Brasil implementou diversas medidas neoliberais. Entre elas, destacam-se a privatização de empresas estatais, a liberalização

⁴ O Consenso de Washington foi um conjunto de políticas econômicas promovidas nas décadas de 1980 e 1990 na América Latina, focando na liberalização econômica, estabilização macroeconômica, privatização, abertura comercial e desregulamentação financeira, embora tenha enfrentado críticas por seus impactos negativos em áreas sociais e/ou estratégicas.

financeira e a redução de barreiras comerciais. Essas ações foram justificadas como estratégias para modernizar a economia brasileira e torná-la mais competitiva em um cenário globalizado (Cardoso e Faletto, 2000).

Contudo, a implementação de políticas neoliberais no Brasil produziu resultados ambíguos. Embora tenham contribuído para a estabilização macroeconômica e o controle da inflação durante a década de 1990, essas políticas também exacerbaram as desigualdades sociais e regionais. O resultado foi um aumento na pobreza, na exclusão social e na precarização do trabalho (Duarte, 2013; Medeiros e Trebat, 2021).

Em 1994 foi implantado o Plano Real, que representou um marco na trajetória econômica do Brasil, almejando controlar a inflação inercial que afligia o país. A iniciativa englobou uma série de medidas estratégicas, sendo a criação da Unidade Real de Valor (URV) uma das mais notáveis. A URV desempenhou um papel crucial como mecanismo de transição, culminando na introdução de uma nova moeda, o Real. Este movimento foi complementado por ajustes fiscais, visando o reequilíbrio das contas públicas e a consequente redução da demanda agregada. Além disso, a agenda do Plano Real também preconizava a abertura comercial como mecanismo para fomentar a concorrência interna e moderar preços. O alcance do plano não se limitou a apenas controlar a inflação, mas também propiciou um ambiente econômico mais estável e previsível. A estabilização dos preços repercutiu positivamente na confiança dos agentes econômicos, estimulando investimentos e, por conseguinte, contribuindo para um cenário de crescimento sustentável. O Plano Real, nesse sentido, não apenas atenuou a hiperinflação, mas delineou um novo contorno para a política econômica brasileira, Malan (2020).

A partir do ano de 2003, observou-se uma melhora significativa na situação econômica do país e uma relativa estabilidade econômica e política. Nos primeiro e segundo governo Lula a inflação permaneceu estável, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou crescimento e a taxa de desemprego diminuiu. Além disso, o setor público passou de devedor para credor no exterior, o que representou um marco importante nessa trajetória, em termos sociais tanto o índice de Gini quanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhoraram (Giambiagi, 2011). Outro ponto favorável foi a forma lidada pela equipe econômica no Brasil durante a crise mundial do “subprime” em 2008 com uma política de incentivos a demanda doméstica isentando áreas de consumo de bens duráveis como geladeiras, fogões, lavadoras de roupas etc.

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a economia brasileira enfrentou uma significativa desaceleração. Este período foi marcado por uma série de fatores adversos,

como a queda nos preços internacionais das commodities e a diminuição do investimento estrangeiro direto. A desaceleração foi exacerbada por problemas estruturais e políticas econômicas que geraram questionamentos quanto à sustentabilidade do modelo de crescimento adotado. Entre as políticas mais criticadas estavam as intervenções estatais na economia, a expansão do gasto público e medidas de estímulo que, em vez de fomentar o crescimento, contribuíram para o desequilíbrio fiscal e inflação. Ademais, o cenário foi agravado por crises políticas e escândalos de corrupção que minaram a confiança dos investidores e consumidores (Carvalho, 2003). A economia entrou em recessão nos anos de 2015 e 2016, com retração do PIB, aumento do desemprego e piora nos indicadores sociais.

O governo de Michel Temer (2016-2018) assumiu após o impeachment de Dilma Rousseff, em um contexto de grave crise econômica e política. Um dos principais focos de sua gestão foi a implementação de reformas estruturais, como a Reforma Trabalhista e a criação de um teto para os gastos públicos, visando à estabilização da economia e à atração de investimentos. Estas medidas, entretanto, foram bastante controversas e geraram debates acirrados sobre seus possíveis impactos na desigualdade social e no desenvolvimento econômico do país. Apesar de conseguir alguma estabilização macroeconômica, como a queda da inflação e a redução da taxa Selic, o governo Temer enfrentou desafios para retomar o crescimento do PIB e reduzir significativamente os níveis de desemprego. Além disso, foi um período marcado por tensões políticas e manifestações populares, o que deixou um ambiente de incertezas e polarizações para o período subsequente (Serrano e Summa, 2018).

4. SUCESSO DA POLÍTICA SUL COREANA E FRACASSO BRASILEIRO

Teorizar a respeito do desenvolvimento socioeconômico de um país já o é muito complexo ao tratar de apenas um país, quando se analisa dois países com pontos de partida econômicos similares, mas que tomam trajetórias distintas a adequação teórica é ainda mais complexa.

O desenvolvimento econômico de uma nação se constitui um fenômeno intrincado, que vai além de simples indicadores financeiros ou sociais. Ele é influenciado por uma grande gama de variáveis, que abrangem desde políticas governamentais e estratégias econômicas até fatores de cunho regional, além estruturais, geopolíticos e antropológicos. Isto posto, os tópicos a seguir pretendem levar luz aos fatores que distanciaram Brasil e Coreia do Sul em termos de crescimento econômico e desenvolvimento social.

4.1 Sucesso sul coreano

O desenvolvimento econômico da Coreia do Sul tem despertado o interesse de estudiosos em âmbito global há bastante tempo. Como resultado, diversas teorias têm surgido para explicar esse fenômeno. Os autores do *mainstream economics* defendem que o sucesso sul coreano se deve aos princípios de mercado, já os autores da corrente heterodoxa endogenista defendem a relevância da intervenção estatal como um fator determinante nesse processo, há ainda os autores que defendem o cenário externo como principal fator e os que argumentam que o desenvolvimento só se tornou possível devido a uma combinação de fatores externos, políticas internas e características históricas específicas.

Ballassa (1982) expõe as particularidades das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas economias identificadas como “semi-industriais”. Examinando o caso sul-coreano, o objetivo foi estudar como a Coreia do Sul utilizou seu sistema de incentivos para facilitar tal transformação. A autora evidencia como o país equilibrou incentivos para exportações e substituição de importações, assim como as políticas fiscais e de crédito usadas para promover setores-chave e estimular a inovação e a expansão industrial. Ballassa (1982) utiliza uma metodologia abrangente onde a análise histórica, pesquisa documental, análise de políticas e tipologia são combinadas para explorar os sistemas de incentivos e as estratégias de desenvolvimento econômico em economias “semi-industriais”. A autora conclui que não há uma abordagem única para o desenvolvimento econômico que seja aplicável a todas as

economias. A escolha de um sistema de incentivos e estratégia de desenvolvimento depende de vários fatores, incluindo o contexto econômico específico de um país, histórico de políticas econômicas e influências externas. Segundo essa, a eficácia da estratégia não depende apenas da escolha dos incentivos, mas também de como eles são implantados e adaptados ao longo do tempo. O equilíbrio entre incentivos para exportações e substituição de importações é crucial, demonstrando a necessidade de uma abordagem balanceada para o desenvolvimento econômico.

Em Amsden (1992) mostra que a rápida transformação da Coreia do Sul desafia as teorias econômicas convencionais, a autora se aprofunda no fenômeno da "industrialização tardia" com a Coreia do Sul como foco para o estudo de caso, como metodologia é utilizado uma análise histórica detalhada, incorporando a revisão de políticas governamentais, planos de desenvolvimento econômico e estratégias corporativas ao longo do tempo. De forma crítica, Amsden analisa as teorias econômicas convencionais, contrastando o caso da Coreia do Sul com as expectativas tradicionais de crescimento e desenvolvimento econômico. Concluindo que a atuação do Estado agindo como empresário fazendo escolhas assertivas e mantendo a estabilidade econômica, a industrialização, a diversificação econômica, o desenvolvimento de competências e a eficaz gestão do trabalho foram os elementos fundamentais para a notável transformação sul coreana.

Lima (2017) desenvolve uma hipótese baseada na perspectiva da "Escola da Unicamp", ele argumenta que o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, marcado por uma grande mudança estrutural e o crescimento do comércio exterior, aconteceu graças a um ambiente externo favorável, aliado às características históricas únicas do país, principalmente em relação à política interna. Quanto à metodologia, Lima faz uma descrição das três teorias mais difundidas: a) a defesa dos princípios de mercado pelos adeptos do mainstream economics; b) a teoria endogenista heterodoxa, que enfatiza o papel central do Estado; e c) a teoria que considera o ambiente externo como o principal fator de sucesso sul-coreano. Por fim, o autor utiliza a teoria da Escola da Unicamp para concluir que ocorreu uma coesão na condução da política interna, principalmente no que se refere a quatro fatores essenciais, são eles: 1) estrutura de propriedade do capital; 2) centralização financeira; 3) organização empresarial; 4) e absorção/desenvolvimento tecnológico; que junto a um cenário externo favorável possibilitou a ascensão sul coreana.

E juntamente ao estudo do desenvolvimento sul coreano surge uma questão importante quando se percebe as similaridades que tal economia já possuiu com a economia brasileira:

quais fatores determinaram o sucesso coreano e o "crescimento anêmico" ou desordenado do Brasil?

Canuto (1994) se propôs a responder essa pergunta, o autor faz uma análise histórica e política das duas economias e conclui que algumas diferenças tanto em fatores estruturais como na condução das políticas econômicas foram os responsáveis por tal diferença. Enquanto a Coreia do Sul se voltou para o mercado externo devido à falta de demanda interna e se beneficiou de uma postura desenvolvimentista e reformas agrárias. O Brasil, com escassas fontes de financiamento e dependente de tecnologia importada, enfrentou desvantagem competitiva no cenário internacional, o que fez com que os investimentos visassem o mercado interno, contudo, a resistência das classes sociais dominantes a políticas redistributivas, somada a um excedente de mão de obra que pressionava os salários para baixo, limitou o crescimento da demanda interna e, conseqüentemente, desencorajou tais indústrias. Além disso, o autor destaca que o Estado teve um papel central no desenvolvimento sul-coreano, ajudando o país a enfrentar adversidades externas, como choques no preço do petróleo. Nesse processo, bancos estatais e instituições financeiras não regulamentadas foram os principais agentes financeiros internos, enquanto o Brasil era altamente dependente do cenário externo e em crises internacionais acabava se tornando extremamente vulnerável.

Ainda em Canuto (1994) o autor conclui que a maneira pela qual ambos os países foram impactados e responderam à crise dos anos 1980 foi determinante para suas trajetórias econômicas. Segundo o autor, as novas formas de captação de divisas da Coreia do Sul, aliadas aos empréstimos japoneses e à reforma financeira, assim como o aprendizado tecnológico com o Japão, facilitaram a entrada do país na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Em contraste, o Brasil, incapacitado de assegurar novas fontes de financiamento e dependente da importação de tecnologia, encontrou-se em desvantagem competitiva no cenário internacional.

Em contraste, a industrialização sul-coreana, que iniciou com um projeto estatal-industrialista na década de 1960, foi notavelmente distinta. Canuto (1994) destaca que, em comparação com a América Latina, a Coreia do Sul apresentou baixa participação de investimentos diretos estrangeiros. Ao invés disso, prevaleceu o uso de empréstimos de bancos privados internacionais, e uma centralização financeira e decisória dos investimentos no seio do Estado. Tal estratégia permitiu que a maioria do capital produtivo da indústria pesada fosse de propriedade local, dando origem aos conglomerados coreanos, os *chaebol*,

que implementaram o projeto de industrialização apoiados por elevadas razões dívida/capital, garantidas pelos bancos estatais.

Além disso, os baixos níveis de endividamento público durante suas fases críticas de desenvolvimento também permitiram ao país investir nos setores estratégicos e implementar políticas de desenvolvimento de longo prazo (com maior previsibilidade) sem a pressão de ter que injetar ou limitar recursos em função de uma dívida crescente. Além disso, conforme destaca Heo et al. (2008), a Coreia do Sul foi capaz de atrair investimento estrangeiro direto de forma mais eficaz, com condições que favoreciam os planos de industrialização, o que não apenas aliviou a necessidade de endividamento, como também trouxe tecnologia e conhecimento (*know-how*).

4.2 Fracasso do Brasil

Para Celso Furtado, os países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, estavam presos em um ciclo de dependência econômica que impedia seu desenvolvimento. Ele argumentava que esses países foram integrados ao sistema econômico mundial de uma forma que beneficiava os países desenvolvidos às custas dos países subdesenvolvidos. Segundo Furtado (2006), esses países estavam presos em um ciclo de exportação de commodities de baixo valor agregado, enquanto importavam produtos manufaturados de alto valor dos países desenvolvidos. Isso resultou em uma transferência líquida de riqueza dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos, perpetuando a pobreza e o subdesenvolvimento.

O endividamento público e externo do Brasil tem sido uma questão persistente que impactou significativamente suas políticas de desenvolvimento (Ferraz, 1993). A dívida limitou a capacidade do governo de investir em setores críticos como educação, saúde e infraestrutura, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico de longo prazo. Além do mais, a dívida consome uma parte significativa do orçamento nacional, restringindo ainda mais o espaço fiscal para investimentos produtivos.

O endividamento também tem implicações diretas para a estabilidade macroeconômica. Altos níveis de dívida a montante, podem levar a crises financeiras, que têm efeitos devastadores sobre o desenvolvimento econômico a jusante. Para elucidar, o Brasil experimentou várias crises econômicas e financeiras que foram exacerbadas por seus níveis de endividamento, afetando negativamente o crescimento e o desenvolvimento (FERRAZ, 1993).

Além disso, Furtado (2006) argumentou que essa estrutura econômica criou e perpetua desigualdades dentro dos próprios países subdesenvolvidos. As elites desses países se beneficiam da exportação de commodities e da importação de bens de luxo, enquanto a maioria da população permanecia pobre. Ele também observou que a dependência da exportação de commodities tornava esses países vulneráveis a flutuações de preços e a choques externos. Furtado (2006) mostra que “a economia brasileira foi moldada por um processo de desenvolvimento dependente e periférico, com o Brasil integrado ao sistema econômico mundial principalmente como um exportador de commodities.”

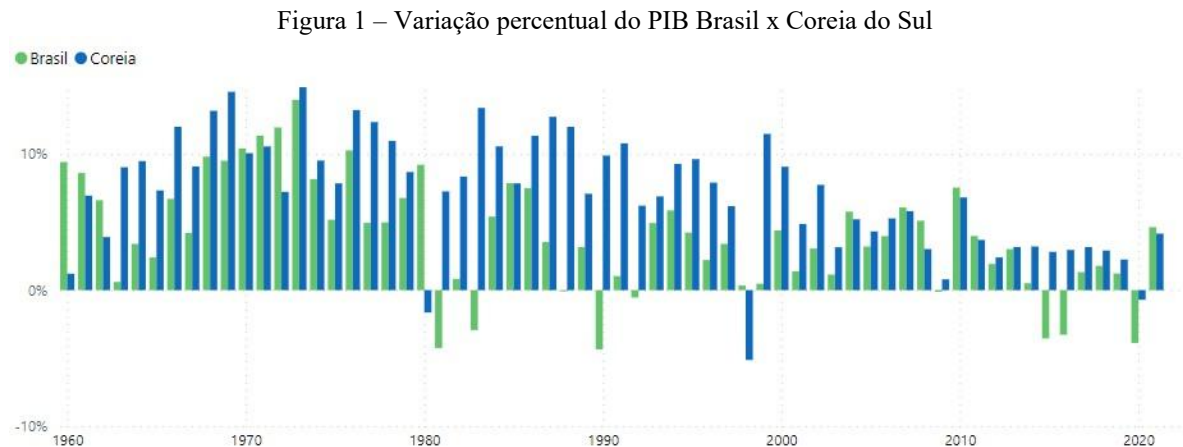
Para superar essa situação, Furtado defendeu a adoção de políticas desenvolvimentistas. Ele acreditava que o Estado deveria desempenhar um papel ativo na promoção do desenvolvimento econômico, promovendo a industrialização, investindo em infraestrutura, reduzindo a dependência das exportações de commodities e regulando o capital estrangeiro. A industrialização, em particular, foi vista por Furtado como um meio de aumentar a produtividade, gerar empregos e aumentar o valor agregado da produção econômica.

Portanto, o Brasil deveria ao invés de recorrer ao endividamento externo primeiro alcançar uma balança comercial superavitária, para então se financiar. Contudo, a política econômica adotada foi a de persistir na industrialização através de endividamento externo até o esgotamento total do modelo, o que resultou no fim da ditadura com o país extremamente endividado e impossibilitado de continuar o processo de desenvolvimento econômico. Além disso, ao contrário da Coreia do Sul, o Brasil nunca definiu condições para a entrada de capital estrangeiro, o que dificultou o planejamento estratégico dos setores a serem desenvolvidos.

5. INDICADORES ECONÔMICOS AO LONGO DO PERÍODO

Este capítulo busca comparar a evolução dos principais indicadores econômicos do Brasil e da Coreia do Sul no período que compreende 1960 a 2022.

A Figura 1 exemplifica uma linha do tempo com a variação percentual no crescimento do PIB dos dois países.



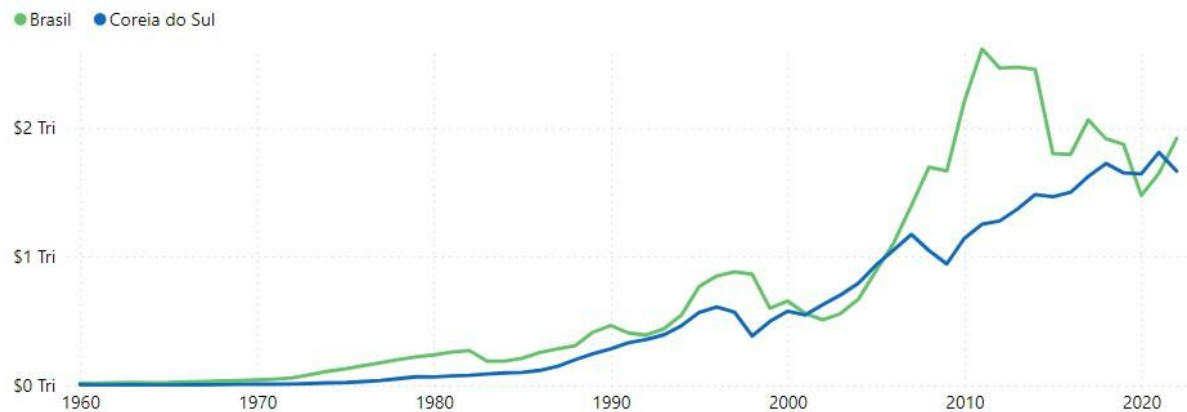
Fonte: elaborado pela autora com dados do IBGE e World Bank, 2023.

De acordo com Kim (1997) a Coreia do Sul cresceu quase ininterruptamente desde 1950, com exceção dos anos 1956, 1980 e no final da década de 1990. No período 1953-1994 a taxa média de crescimento anual do PIB foi de 7,6%, uma taxa bem elevada para um período tão extenso.

O PIB brasileiro cresceu em média 6,1% durante a década de 1960 e 8,8% durante a década de 1970, contudo, a taxa média de crescimento diminuiu nas décadas de 1980 e 1990, sendo de 3% e 1,75%, respectivamente, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A figura 2 a seguir, mostra a relação do crescimento do PIB Real em dólares no período.

Figura 2 – Variação do PIB Real Brasil x Coreia do Sul



Fonte: elaborado pela autora com dados do World Bank, 2023.

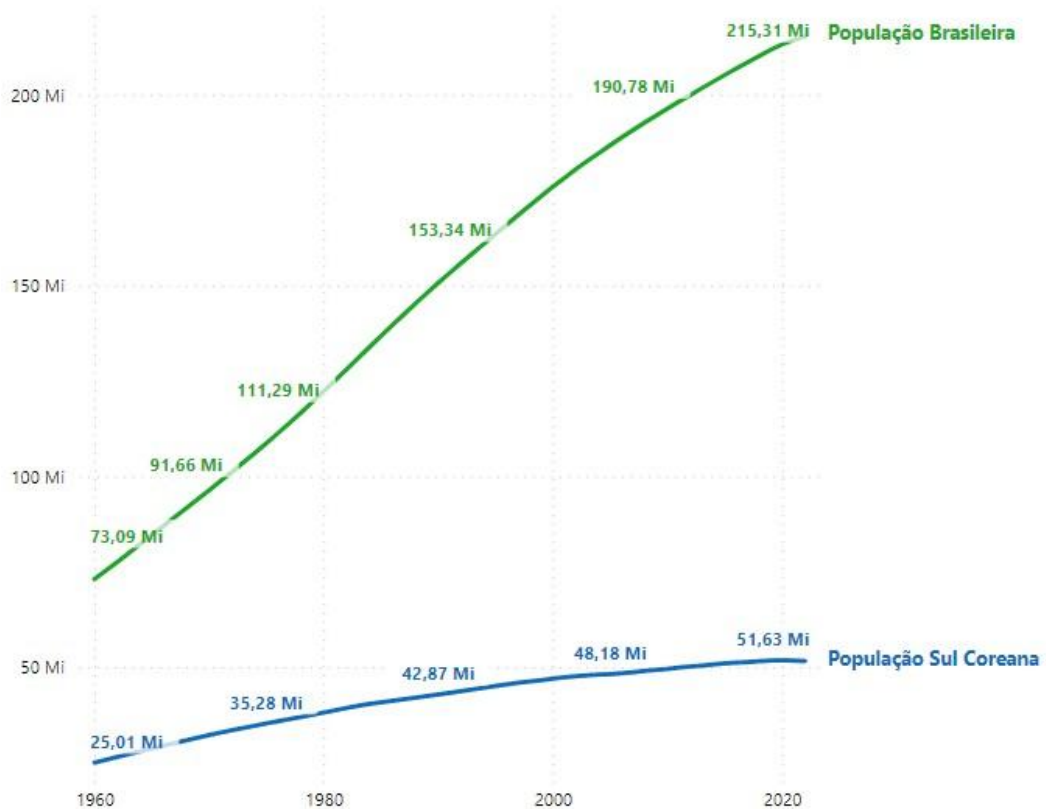
No início do período analisado, na década de 1960, o Brasil já apresentava um PIB substancial, refletindo sua posição como uma das maiores economias da América Latina. Entretanto, o país enfrentou diversas crises econômicas, marcadas por altas taxas de inflação e programas de ajuste estrutural que afetaram o crescimento do PIB, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, Baer (1995). Apesar desses desafios, o Brasil experimentou uma melhora significativa no início dos anos 2000, em parte devido à estabilização macroeconômica e ao *boom* das commodities. A partir de 2006 a curva do PIB brasileiro começa a superar mais amplamente a curva do PIB sul coreano, é interessante notar que mesmo na crise de 2008 o PIB brasileiro não foi tão impactado, caindo apenas 0,13% em 2009, comparado à 2008.

Já o PIB da Coreia do Sul subiu de forma constante até 1996 devido ao sucesso dos planos quinquenais, a partir de 1997 começou a apresentar leves quedas como efeito da crise da moeda, após se recuperar ainda supera o PIB brasileiro de 2002 a 2005.

Em 1960, o PIB do Brasil era de aproximadamente 17 bilhões de dólares correntes, enquanto o da Coreia do Sul era de quase 4 bilhões, ou seja, era aproximadamente 430% maior que o da Coreia do Sul, dito de outra forma, de cerca de 4,3 vezes. Em contraste, em 2022, o PIB do Brasil cresceu para cerca de 1,92 trilhões de dólares correntes, e o da Coreia do Sul para aproximadamente 1,66 trilhões, ou seja, o PIB do Brasil é aproximadamente 15% maior que o da Coreia do Sul. Em uma comparação mais recente, o Brasil, com um PIB de \$1,9 trilhão, está classificado como a 9ª maior economia do mundo, enquanto a Coreia do Sul, com \$1,6 trilhão, está em 12º lugar.

A seguir, a figura 3 apresenta a evolução dos números para população coreana e brasileira.

Figura 3 – Crescimento Populacional Brasil x Coreia do Sul



Fonte: elaborado pela autora com dados do World Bank, 2023.

A população brasileira passou de aproximadamente 73 milhões de habitantes em 1960 para pouco mais de 215 milhões em 2022 (World Bank, 2020), ou seja, em sessenta e dois anos a população brasileira cresceu quase 3 vezes.

Já a população sul coreana que em 1960 girava em torno de 25 milhões de habitantes, dobrou e em 2022 chegou a 51,63 milhões.

A taxa de crescimento populacional em 1960 foi de 3% nos dois países, contudo, a partir de 2021 a taxa de crescimento populacional da Coreia do Sul tem registrado crescimento negativo, -0,1 em 2021 e -0,2 em 2022, enquanto o Brasil registrou uma taxa de 0,5% tanto em 2021 quanto em 2022 de acordo com dados do Banco Mundial.

A figura abaixo apresenta a evolução do PIB per capita no período 1960 a 2022.

Figura 4 – Evolução do PIB per capita Brasil x Coreia do Sul



Fonte: elaborado pela autora com dados do World Bank, 2023.

Inicialmente, é crucial ressaltar as disparidades históricas e políticas entre as duas nações, para justificar os diferenciais no PIB per capita. A Coreia do Sul, após a década de 1960, embarcou em um intenso processo de industrialização e modernização. Este avanço foi possível devido a políticas econômicas estrategicamente orientadas para a exportação, aliadas a investimentos substanciais em educação e tecnologia e outros fatores de menor magnitude. Isso posto, analisando esses mais de sessenta anos abarcados nesse trabalho, observa-se uma dicotomia significativa entre o PIB per capita da Coreia do Sul e do Brasil, fenômeno que pode ser atribuído a questões diversas, como por exemplo: A Coreia do Sul adotou estratégias de desenvolvimento econômico eficazes, que incluíram a promoção de empresas inovadoras e a instauração de parques tecnológicos.

Por outro lado, o Brasil tem enfrentado desafios estruturais e econômicos persistentes, como a marcante desigualdade social, deficiências infraestruturais, burocracia excessiva e uma carga tributária confusa e elevada. Embora a economia brasileira seja mais diversificada em comparação à sul-coreana, o país tem encontrado obstáculos para atingir taxas de crescimento mais robustas e elevar sua produtividade.

O PIB per capita brasileiro em 1960 foi de US\$ 233,00 enquanto o sul coreano foi de US\$ 158,27, como mostra o gráfico abaixo, o PIB per capita do Brasil superou o da Coreia do Sul até 1982.

A partir de 1983 o PIB per capita sul coreano superou o brasileiro e entrou em uma trajetória de crescimento acentuada. Em 2022 a Coreia do Sul registrou um PIB per capita de aproximadamente US\$ 32.255,00 enquanto o Brasil US\$ 8.918,00.

O crescimento populacional dos dois países pode explicar em parte essa diferença, apesar do PIB brasileiro ser maior que o sul coreano, a população brasileira é 4,2 vezes a população sul coreana, logo, isso impacta o PIB per capita.

Quando consideramos o crescimento médio do PIB ao longo de cinco anos e o PIB per capita, o Brasil e a Coreia do Sul estão classificados em 171º versus 93º e 80º versus 33º, respectivamente. Estes valores sugerem que, embora a economia brasileira tenha um PIB nominal maior, a Coreia do Sul tem demonstrado um crescimento mais sustentável e robusto, particularmente em termos de PIB per capita, o que indica um nível de vida médio mais elevado na Coreia do Sul. Outro fator que pode ser relevante para esse resultado é o crescimento da população, mostrado acima.

A figura a seguir exibe a variação da participação da indústria (incluindo o setor de construção) no Produto Interno Bruto.

Figura 5 – Evolução da participação da indústria no PIB Brasil x Coreia do Sul



Fonte: elaborado pela autora com dados do World Bank, 2023

Essa figura apresenta a evolução da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e da Coreia do Sul de 1960 até 2022.

Inicialmente, observamos que durante os anos 1960 até o início dos anos 1990, a participação da indústria no PIB sul-coreano exibiu um aumento significativo, alcançando o pico no final da década de 1980. Este crescimento pode ser atribuído às políticas de desenvolvimento econômico adotadas pela Coreia do Sul, que enfatizaram a industrialização pesada, a educação, a tecnologia e a exportação, como apontado por Balassa (1982) ou em Amsden (1992). A Coreia do Sul implementou uma estratégia de crescimento orientada para o exterior, com investimentos significativos em setores chave e inovação, enquanto mantinha um equilíbrio entre a promoção de exportações e a substituição de importações. Contudo verifica-se que a partir da década de 1990 existe uma estabilização na participação da

indústria no PIB Sul-coreano. A estabilização da participação da indústria no PIB da Coreia pode ser atribuída a uma combinação de fatores econômicos internos e mudanças estruturais globais. Durante as décadas anteriores, a Coreia do Sul experimentou um crescimento econômico extraordinário, conhecido como o "milagre no rio Han", baseado na rápida industrialização e na exportação de produtos manufaturados. Este modelo foi apoiado por políticas governamentais que favoreceram conglomerados empresariais conhecidos como "chaebols", além de investimentos substanciais em educação e tecnologia, e uma forte orientação para o comércio internacional.

No entanto, a partir da década de 1990, houve uma transição nas prioridades econômicas globais e no próprio modelo de desenvolvimento sul-coreano. A Coreia do Sul passou a enfrentar a necessidade de uma economia mais baseada no conhecimento e em serviços, refletindo as tendências de globalização e a mudança para uma sociedade da informação. Isso implicou numa gradual redução do papel relativo da indústria tradicional no PIB, à medida que setores como finanças, tecnologia da informação e serviços ganhavam destaque. A estabilização pode também refletir a maturidade econômica, onde as economias avançadas tendem a ter um setor de serviços maior em comparação com o setor industrial. O que pode ser parte de uma transição natural de uma economia que se move em direção a serviços e tecnologia de alta complexidade, como apontado por Lima (2017) e Heo et al. (2008). Este movimento está alinhado com o processo de "industrialização tardia" e a ênfase na inovação e tecnologia.

No outro extremo, a participação da indústria no PIB do Brasil mostra uma tendência mais volátil e de queda desde o final dos anos de 1980. Esta tendência pode ser explicada por uma série de fatores adversos, como políticas econômicas que privilegiaram o mercado interno, mas que enfrentaram limitações devido à dívida externa, dependência tecnológica e resistência a políticas redistributivas, conforme analisado por Canuto (1994). A instabilidade política e econômica também afetou negativamente a confiança dos investidores e consumidores, como discutido por Carvalho (2003).

O declínio da participação industrial no PIB do Brasil pode refletir a falta de uma política industrial coerente e de longo prazo, questões estruturais não resolvidas e a falta de investimento em tecnologia e inovação, como sugerido por Furtado (2006) e Bielschowsky (2010). A dependência da exportação de commodities e a baixa integração global também contribuíram para este declínio, limitando a diversificação econômica e a capacidade de competir em indústrias de alta tecnologia no mercado global.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo sobre a economia da Coreia do Sul, cabe destacar a complexidade e a riqueza dos elementos analisados. A revisão de literatura proporcionou uma base sólida para compreender as peculiaridades da economia coreana, suas transformações ao longo das décadas e os desafios enfrentados em um contexto global. Os objetivos desta pesquisa, centrados na análise dos fatores econômicos que influenciam o desenvolvimento da Coreia do Sul, foram alcançados por meio de uma abordagem que combinou teoria econômica com análises quantitativas.

As hipóteses levantadas inicialmente foram confirmadas em grande parte pelos dados coletados e analisados. A influência da tecnologia e da inovação no crescimento econômico da Coreia do Sul ficou evidente, assim como a importância de políticas governamentais eficazes e de uma estrutura educacional robusta. Este estudo também ressalta o papel do comércio internacional e dos investimentos em infraestrutura na consolidação da Coreia do Sul como uma economia moderna e competitiva.

A Coreia do Sul e o Brasil apresentam trajetórias de desenvolvimento econômico distintas, influenciadas por uma gama de fatores cruciais. Inicialmente, cabe destacar as divergentes políticas econômicas adotadas por cada nação. A Coreia do Sul priorizou uma abordagem voltada para a industrialização robusta e o fomento à ciência e tecnologia, enquanto o Brasil seguiu um caminho focado na substituição de importações, sem conferir a mesma ênfase ao desenvolvimento tecnológico.

Outro aspecto relevante é o demográfico. A Coreia do Sul, com sua população relativamente menor, encontrou maior facilidade na implementação de políticas de desenvolvimento econômico e na alocação eficiente de recursos. No sentido contrário, o Brasil, enfrentou desafios adicionais como uma população muito grande e heterogênea em todos os sentidos para assegurar o crescimento econômico e promover a inclusão social.

A dimensão política também é um fator diferenciador notável. A Coreia do Sul experimentou um período de governo militar que estabeleceu políticas de desenvolvimento econômico de longo alcance, enquanto o Brasil foi marcado por instabilidades políticas e frequentes mudanças governamentais, o que prejudicou a continuidade e a eficácia das políticas econômicas.

É fundamental reconhecer que estas são apenas algumas das variáveis que moldaram os modelos de desenvolvimento econômico na Coreia do Sul e no Brasil. Elementos adicionais, como a estrutura de propriedade do capital, a organização empresarial e as

condições do cenário internacional, também exerceram influências significativas nesses processos.

Os resultados obtidos revelaram que, apesar dos desafios, como a dependência de exportações e a crescente desigualdade, a Coreia do Sul conseguiu estabelecer um modelo econômico que combina crescimento, inovação e uma crescente integração no cenário global. As lições aprendidas com a experiência coreana são valiosas para outros países em desenvolvimento, sugerindo que políticas focadas em educação, tecnologia e integração internacional podem ser caminhos viáveis para o desenvolvimento econômico.

No desenvolvimento de todo trabalho acadêmico é saudável abordar as possíveis limitações e as decisões endereçadas ao trabalho final. Assim sendo, a análise, nesta monografia, concentrou-se em um período específico e em determinados aspectos da economia coreana e brasileira, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos ou períodos. A dinâmica econômica é influenciada por uma variedade de fatores internos e externos, e a escolha de focar em elementos específicos, embora necessária para a profundidade da análise, pode deixar de lado outros fatores igualmente relevantes.

Outro ponto a se destacar é a parte metodológica. Apesar de os métodos quantitativos, ou seja, a estatística descritiva, fornecerem uma análise robusta e objetiva, eles podem não ser suficientes para compreender completamente as nuances culturais, políticas e idiossincrasias que influenciam a economia de um país. Uma abordagem mais qualitativa ou uma combinação de métodos poderia oferecer uma visão mais ampla.

Por fim, este estudo deu ênfase na Coreia do Sul como um caso isolado. Embora isso ofereça *insights* valiosos, comparar a Coreia do Sul com outras economias em desenvolvimento ou desenvolvidas, além do Brasil, poderia enriquecer ainda mais a compreensão das estratégias de desenvolvimento econômico e de como elas podem ser adaptadas a diferentes contextos, e assim mostrar nuances adicionais nas relações dessas economias.

Por fim, a incorporação de modelos econométricos poderiam ser uma ferramenta extra a ser explorada nesse trabalho. Ao incorporar tais modelos, poder-se-ia tentar quantificar o impacto de fatores específicos, como políticas governamentais, mudanças tecnológicas, capital humano e fluxos comerciais, sobre o desempenho econômico da Coreia do Sul e do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALP, H.; ELEKDAG, S.; LALL, S. **Did Korean Monetary Policy Help Soften the Impact of the Global Financial Crisis of 2008-2009?** Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2012.
- AMSDEN, A. H. **Asia's next giant: South Korea and late industrialization.** Oxford: Oxford University Press, 1992.
- BAER, W. **A Economia Brasileira.** São Paulo: Nobel, 1995.
- BALASSA, B.; ASSOCIATES. **Development Strategies in Semi-industrial Economies.** Baltimore: Johns Hopkins University Press for the World Bank, 1982.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators: Private debt to GDP.** Washington, D.C.: World Bank, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- BARBOSA, N. L. **O segundo milagre econômico: a política econômica do governo Geisel (1974-1979).** 2. ed. São Paulo: Unesp, 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. **O neoliberalismo: história, teoria e crítica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- CAMPOS, N. F.; PINHEIRO, A. C. **Does it take a Lula to go to Davos? A brief overview of Brazilian Reforms, 1980-2000.** 2000.
- CANUTO, O. **Brasil e Coréia do Sul: os (des) caminhos da industrialização tardia.** Nobel, 1994.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, v. 2, p. 495-519, 2000.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.
- CHOI, I. **Economic crisis and restructuring in South Korea: Beyond the free market-statist debate.** 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232941310_Economic_crisis_and_restructuring_in_South_Korea_-_Beyond_the_free_market-statist_debate. Acesso em: 14 mar. 2023.
- CORNING, G. P. **Managing the Asian Meltdown: The IMF and South Korea.** Georgetown Institute for the Study of Diplomacy, 2000.
- DAYTON, L. **How South Korea made itself a global innovation leader.** Nature, v. 581, n. 7809, p. S54-S54, 2020.

DUARTE, P. H. E. **Structural unemployment in Brazil in the neoliberal era.** *World Review of Political Economy*, v. 4, n. 2, p. 192-217, 2013.

FERRAZ, J. **The Brazilian Economy: Growth and Development.** *Latin American Perspectives*, 1993.

FREEMAN, C. **The ‘National System of Innovation’ in historical perspective.** *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 1, p. 5-24, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** [S.l.]: [s.n.], 2006.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira.** 2011.

GUIMARÃES, A. Q. **Estado e economia na Coreia do Sul: do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior.** *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, p. 45-62, 2010.

HASLAM, P. A.; HEIDRICH, P. (Ed.). **The political economy of natural resources and development: From neoliberalism to resource nationalism.** Routledge, 2016.

HAYEK, F. A. **Prices and Production.** London: Routledge and Sons, 1931.

HEO, U. et al. **The political economy of South Korea: economic growth, democratization, and financial crisis.** *Maryland Series in Contemporary Asian Studies*, v. 2008, n. 2, p. 1, 2008.

HERMANN, J. **Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984).** *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*, p. 93-115, 2005.

IPEA. **O que é? - Índice de Gini.** Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048&catid=28.

Acesso em: 17 out. 2022.

JUNG, K. **Colonial Modernity, the Korean Experience, and Modern Korean Literature.** In: *A Companion to Modern Korean Literature.* John Wiley & Sons, Ltd., 2016, p. 31-49.

KANG, J. **South Korea's Development Experience: Lessons for Africa.** *Journal of Asian and African Studies*, v. 55, n. 5, p. 741-756, 2020.

KIHWAN, K. **The 1997-98 Korean financial crisis: causes, policy response, and lessons.** 2006. Disponível em:

<https://www.imf.org/external/np/seminars/eng/2006/cpem/pdf/kihwan.pdf>.

KIM, C. **Korea's economic miracle.** New York: Cambridge University Press, 1997.

KIM, K. **Economic Development of South Korea: An Overview.** *Journal of Asian Finance, Economics and Business*, v. 5, n. 2, p. 105-111, 2018.

LIMA, U. M. **O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação.** *Economia e Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 585-631, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n3art3>.

LUNDVALL, B.-Å. **National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**. London: Pinter, 1992.

MALAN, P. **O Plano Real: a história de uma revolução econômica**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MASIERO, G. **O desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma análise histórica**. Revista Economia e Tecnologia, v. 10, n. 2, p. 67-86, 2014.

MEDEIROS, C. A. de; TREBAT, N. **The failures of neoliberalism in Brazil**. Journal of Economic Issues, v. 55, n. 2, p. 408-415, 2021.

OECD Better Life Index. Disponível em:

<https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/coreia,do,sul/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PINHO, J. S. de. **Plano Real: teoria e avaliação (1994-1999)**. 2013.

REUTERS. **S.Korea Q1 household credit growth accelerates, fastest since late 2006**. 10 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/southkorea-economy-credit-idUSL3N18N067>. Acesso em: 12 de março de 2023.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira**. Novos estudos CEBRAP, v. 37, p. 175-189, 2018.

SHILLER, R. J. **The subprime solution: how today's global financial crisis happened, and what to do about it**. Princeton University Press, 2012.

SICSU, J.; CASTELAR, A. **Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília, 2009. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3225/1/Livro_SociedadeeEconomia.pdf.

Acesso em: 30 nov. 2023.

SOLA, L. **Estado, transformação econômica e democratização no Brasil**. In: SOLA, L. (Org.). Estado, mercado e democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SUZIGAN, W. **Estado e industrialização no Brasil**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 8, n. 4, 1988.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP. IE 1998.

VIANNA, S.; VILLELA, A. O pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 1.

VILLELA, A. **Dos “anos dourados” de JK à Crise não resolvida (1956–1963)**. In: GIAMBIAGI, A. (Org.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945–2004)**. 2004.

WORLD BANK. **Banco de Dados do Banco Mundial: Coreia do Sul**. Washington: Banco Mundial, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/korea-rep>. Acesso em: 14 mar. 2023.

WORLD BANK. **Korea: The Turning Point.** Washington, DC: World Bank Publications.

Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/923361468327364601/pdf/409300PAPER0KR101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.